

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1940 A 1995/96

Suzel Lisiane Jansen*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, uma das variáveis responsáveis pela atual estrutura produtiva do Estado. Percebe-se uma estrutura fundiária ligada ao processo histórico de ocupação e às características físicas de seu território. Analisamos primeiramente a estrutura fundiária através do cálculo da área média dos estabelecimentos rurais por Mesorregião Homogênea do Rio Grande do Sul, com dados extraídos dos censos agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96. É analisada também a área média dos municípios gaúchos no ano de 1995/96 utilizando mapa como recurso. Além da área média, para melhor observar a estrutura fundiária, utiliza-se o cálculo do Índice de Gini e a Curva de Lorenz, que possibilita a análise da desigualdade fundiária por mesorregião.

Palavras-chave: **Estrutura Fundiária, Área Média, Desigualdade, Índice de Gini**

1. Introdução

A diferente forma de ocupação histórica do Estado, pode ter contribuído para uma estrutura totalmente diferenciada entre regiões, produzindo reflexos em vários âmbitos da sociedade, desde o social e cultural, até o econômico.

A atual estrutura fundiária do Rio Grande do Sul tem sua origem no processo de ocupação do Rio Grande do Sul. Embora a ocupação humana do Rio Grande do Sul date de pelo menos onze mil anos, foram os índios Guaranis os primeiros cultivadores a ocupar o território. Segundo Souza (2000, p.13), o início da ocupação teria ocorrido, após o “descobrimento”, pelos jesuítas provenientes do Paraguai ao final do século XVI. Além de motivos religiosos, motivos políticos também foram responsáveis pela vinda dos jesuítas. Desde esse período até o final do século XVIII não havia nenhum interesse econômico na região. Após isso entretanto o governo português resolve recrutar portugueses, particularmente da Ilha dos Açores, para completar o povoamento da região oeste e sul, principalmente para a região das missões, como estratégia econômica e militar (Souza, 2000, p.24).

A sociedade que se estruturou com a conquista definitiva das Missões em 1801, rompeu radicalmente com a estrutura agrária e social do período jesuítico. Permaneceram

* Mestre em Desenvolvimento Rural – Ênfase em Economia Rural / UFRGS. Professora do Centro Universitário Feevale.

alguns índios nas reduções e um número reduzido de brancos. Os índios foram sendo encurralados para as florestas nas margens do rio Uruguai. Após a conquista das Missões, seguiram-se lutas entre caudilhos uruguaio e rio-grandenses até a década de 1820.

Para proteger a região sul das sucessivas invasões castelhanas foram feitas concessões de sesmarias, principalmente a militares que vieram em função das guerras e demarcações do território. Nesse período há o surgimento das grandes propriedades pastoris que, apesar da limitação legal de três léguas quadradas (aproximadamente 13.000ha), foram distribuídas em meio a irregularidades: ao invés do disposto, cada pessoa da família do proprietário recebia a quota familiar, de modo que essa era multiplicada pelo número de parentes, chegando algumas propriedades a 70.000ha ou mais (Moreno apud Souza, 2000, p.28). A região que era pobre e subpovoada continuava rarefeita, baixamente povoada e com poucos proprietários. Ocorreu então na década de 1820 a primeira fase da apropriação efetiva das terras, com a ocupação dos campos nativos e a formação das estâncias pastoris (latifúndios). Essa forma de distribuição caracterizou a região dos campos e deu origem a uma sociedade latifundiária, patriarcal e hierárquica de senhores, peões e escravos. (Souza, 2000, p.28)

A Lei das Terras¹ de 18 de setembro de 1850 ocasiona a exclusão dos camponeses pobres no norte do Estado a partir da década de 1860, que não tomaram conhecimento da lei, não comparecendo ao registro paroquial e perdendo as terras. Com isso, as relações de propriedade se modificaram.

As serras foram ocupadas em último lugar. Não havia interesse naquela área pois as condições naturais não favoreciam o desenvolvimento da pecuária extensiva e não havia nenhum interesse na mão-de-obra existente na região. O governo imperial resolveu então implementar uma política de imigração² para a prática da agricultura, mediante

¹ A Lei de Terras visava fundamentalmente a alcançar três objetivos: 1) proibir a aquisição de terras que não fosse por outro meio senão a compra, extinguindo, portanto, o regime de posses; 2) aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais, visando a impedir a redução da oferta de trabalho na agricultura e consequentemente a elevação dos salários; 3) os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta da força de trabalho e impedir que os salários se elevassem (Sandroni, 1994, p.169).

² “Na Europa, a emigração é uma das manifestações da industrialização e da mecanização da agricultura, gerando um grande excedente populacional. A Independência do Brasil em 1822 é efetivada graças ao apoio e a proteção condicional da Inglaterra. Obrigado a ceder aos ingleses o controle do mercado interno, o Brasil teve de se comprometer ainda a eliminar gradativamente o tráfico de escravos e a escravidão propriamente dita sobre a qual estava baseada a sua produção colonial. Desde então todos sabiam que o fim da escravidão era uma questão de tempo e para isso era necessário preparar-se em termos de mão-de-obra livre e de produtores de alimentos para o mercado interno. Daí a política de imigração e colonização”. (Frantz, 1979, p.22).

contingentes de imigrantes, estrangeiros que não estivessem tão presos à pecuária como os habitantes da Província (Souza, 2000, p.34). Com a Proclamação da República, cada Estado da Federação estabelece sua própria política de colonização.

Em 1824, chegaram os primeiros alemães³ e se estabeleceram na Colônia São Leopoldo, situada ao norte de Porto Alegre, e pelos vales dos rios próximos. Iniciou-se então a ocupação das áreas acidentadas, cobertas por matas e desprezadas pelos criadores de gado. O isolamento de Porto Alegre provocado pela Revolução Farroupilha (1835-1845), intensificou o processo produtivo nas colônias de imigrantes em função do abastecimento para a capital sitiada, via rio dos Sinos, acelerando o desenvolvimento das mesmas.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram em 1875 e ocuparam a encosta superior da serra nordeste, onde ficaram isolados devido a difícil acessibilidade da região. Os colonos italianos receberam áreas de terras menores que os alemães, situadas em terrenos íngremes da serra, não recebendo ajuda financeira, de alimentos, de equipamentos e insumos que teriam lhes prometido. (Müller, 1998, p.87).

A instalação de colonos europeus significou o desalojamento de uma grande parte de caboclos (posseiros) que estavam fixados nos matos próximos às terras de campo e nos ervaais. Enquanto o colono chega na região como proprietário, o caboclo foi e continuou sendo excluído da possibilidade de ter acesso à propriedade. A expansão tanto da pecuária como da agricultura com fins comerciais, desalojou o caboclo. Por isso ele é encontrado ou sobre terras sem valor comercial, ou nas fronteiras agrícolas. O estabelecimento e a atividade do colono foram também condicionados pelas características das relações de produção preexistentes: o latifúndio e a pecuária extensiva.

Em 1920, o processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul estava consolidado. Conforme destaca Souza (2000, p.67), as condições históricas de ocupação geraram duas regiões diferenciadas quanto ao uso do solo, estrutura fundiária e quanto à divisão político administrativa. A região norte do Estado, ocupada por colonos (principalmente imigrantes), caracteriza-se por pequenos municípios e pela pequena

³ Segundo Müller (1998, p.83), “aos interessados em imigrar para o Brasil eram oferecidos 50 hectares de terra com vacas, bois e cavalos; ajuda financeira por dois anos; isenção de impostos pelos primeiros dez anos; liberação do serviço militar; nacionalização imediata e liberdade de culto”. De todos estes itens apenas o que se refere ao tamanho dos lotes foi cumprido (e as primeiras colônias foram até maiores), sendo o restante cumprido de forma parcial.

propriedade onde desenvolveu-se a agricultura familiar⁴. Por outro lado, a região sul do Estado, ocupada inicialmente principalmente por militares e servidores da Metrópole, é composta de grandes municípios, grandes propriedades, pelo desenvolvimento da pecuária como principal atividade e dos produtos derivados dela. Portanto, formou-se duas regiões distintas onde de um lado a pecuária destaca-se como atividade dominante e de outro a agricultura.

Os diferentes usos da terra dependem de vários fatores sejam eles físicos, culturais ou econômicos. Podemos dizer então, que um conjunto de diferenças existentes em cada região, ligados ao fator tempo, determinem as modificações que se fazem perceber num estudo comparativo entre épocas. Desta forma, diferenças na estrutura fundiária podem contribuir para uma condição social diferenciada entre as regiões de um mesmo Estado.

Este artigo tem como objetivo principal analisar estrutura fundiária do Rio Grande do Sul desde a ocupação até os dias atuais, assim como verificar se a concentração fundiária diminuiu ou aumentou no período.

2. Metodologia

2.1 Unidade de análise e fonte de dados

O Rio Grande do Sul assume posição destacada na economia brasileira. As extensas fronteiras com o Uruguai e a Argentina influenciaram sua formação histórica e possibilitam uma posição estratégica no processo de integração do Mercosul. Conforme dados do Censo 2000 do IBGE, sua população é de 10.181.749 habitantes, que corresponde a 6% da população brasileira. A área ocupada é de 281.734 km², equivalente a 3,3% do território brasileiro. O Estado possui 85% do seu território ocupado por 859.341 estabelecimentos rurais, trabalhados por 1.377.022 pessoas (IBGE, 1995/96).

Segundo a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul (1996, p.10), a divisão política do território do Rio Grande do Sul passou por grandes modificações nos últimos quinze anos. O número de municípios aumentou de 427 no ano de 1994 para 467 no ano de 1995 e hoje já são 497 municípios. Os municípios que se localizam no eixo que vai da região metropolitana em direção ao noroeste, estendendo-se por toda a porção média e alta do vale do Rio Uruguai, possuem áreas menores. Nessas regiões, há predomínio das pequenas e médias propriedades rurais e uma estrutura

⁴ Mesmo as áreas de campos situadas nessa região, onde foi possível o desenvolvimento da pecuária, estão convertendo-se à prática da agricultura.

fundiária resultante do processo de colonização européia, no século passado e da posterior expansão das terras coloniais, através da ocupação da fronteira agrícola do Estado nas primeiras décadas do século vinte. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste do Estado, os municípios e as propriedades rurais são maiores em área, herança da atividade de pecuária extensiva que existe há tempo nessas regiões.

Com relação às características produtivas, o Estado pode ser dividido em duas grandes regiões originárias da forma de ocupação histórica: região norte e região sul. No norte existe grande diversidade de culturas envolvendo cultivo de grãos, fumo e fruticultura. É predominante nesta região pequenas propriedades com uso de mão-de-obra familiar. Mesmo as áreas de campos, que possibilitaram o desenvolvimento da pecuária, vêm sendo absorvidas pela agricultura (Souza, 2000, p.67). No sul, incluindo a porção de serra que fica a sudeste, há predomínio da produção animal e de arroz. Até hoje se desenvolve, predominantemente, a pecuária extensiva e a agricultura em grandes propriedades.

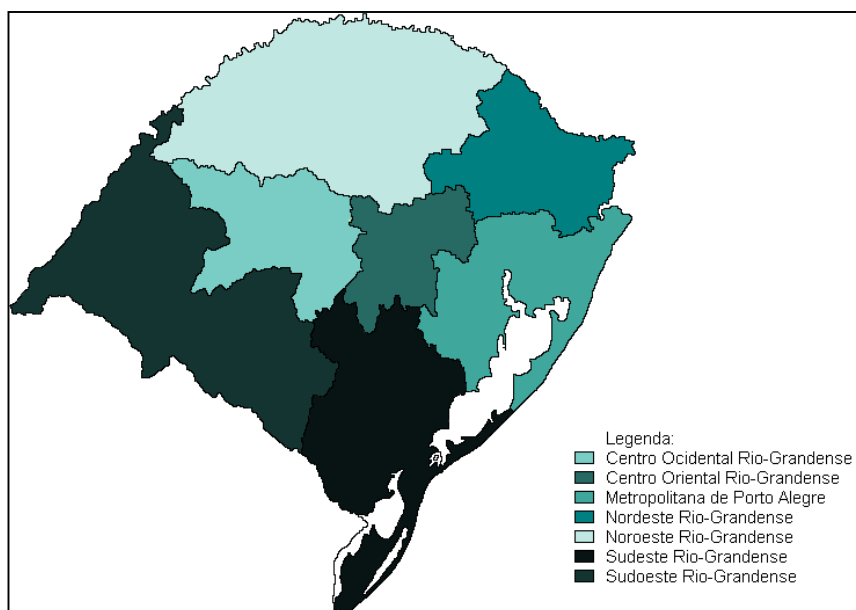
Segundo a FEE (1998), no ano de 1995 quase 2/3 do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária do Rio Grande do Sul originam-se da lavoura. O segmento produtor de grãos correspondia a quase 40% do VBP neste mesmo ano. Dentre os grãos que se destacam estão o arroz, a soja, o milho, o trigo e o feijão. Outra cultura importante é o fumo que correspondia a 6% do VBP no período. A fruticultura tem demonstrado crescimento nos últimos anos, alcançando quase 8% no total do PIB agropecuário.

De acordo com a atual divisão regional do Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Rio Grande do Sul é composto de sete Mesorregiões⁵, que por sua vez são compostas por trinta e cinco Microrregiões. Como unidade de análise utilizamos as Mesorregiões, devido às limitações considerando-se as Microrregiões⁶. Na figura a seguir estão as Mesorregiões do Rio Grande do Sul, que são utilizadas como base para a tabulação dos dados utilizados.

⁵ Segundo o IBGE apud FEE (1998), Mesorregião é entendida como uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. A lista dos municípios prioritários segundo a classificação obtida neste trabalho encontra-se em Jansen (2002, p.115).

⁶ Como parte da análise é realizada desde 1940, seguindo-se até os anos recentes, seria impossível trabalharmos com Microrregiões pois muitos municípios que as compõem não existiam naquela época.

Figura 1 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Construído pela autora.

A principal fonte dados para a execução deste trabalho é o Censo Agropecuário de 1995/96, que representa a última atualização disponível no Brasil neste momento. Foram utilizados também dados do Censo Agropecuário dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, conforme a disponibilidade. Correspondem, portanto, a dados secundários coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2 Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária é analisada primeiramente através do cálculo da área média dos estabelecimentos rurais por Mesorregião Homogênea do Rio Grande do Sul. É obtida pela razão entre a área total ocupada em cada região e o número total de estabelecimentos agrícolas, cujos dados são extraídos dos censos agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96. É analisada também a área média dos municípios gaúchos no ano de 1995/96 através do uso de mapa.

Além da área média, para melhor observar a estrutura fundiária, utiliza-se o cálculo do Índice de Gini e a Curva de Lorenz.

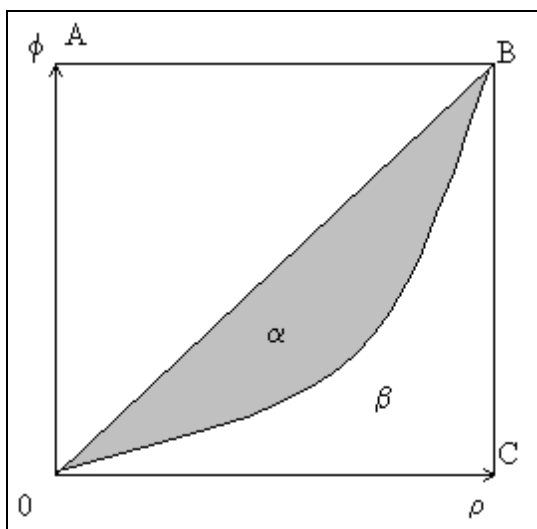
Segundo Hoffmann (1998, p.38), o índice de Gini é uma das principais medidas de desigualdade e foi proposto em 1914 por Corrado Gini.

É muito comum o uso do Índice de Gini para mensuração da desigualdade de renda e pobreza. Neste caso, é observado a distribuição da renda entre a população. No

presente trabalho queremos avaliar a desigualdade fundiária. Observamos portanto a distribuição da área entre os estabelecimentos rurais.

A vantagem do Índice de Gini é que ele permite a associação direta com a posição da Curva de Lorenz. A Curva de Lorenz, apresentada na Figura 2, mostra como a proporção de área total (ϕ) aumenta em função da proporção de estabelecimentos (ρ), considerando áreas médias crescentes.

Figura 2 - Curva de Lorenz



Fonte: Construída pela autora.

Se todos os estabelecimentos tivessem exatamente a mesma área, a proporção acumulada da área seria sempre igual a proporção acumulada dos estabelecimentos, ou seja $\phi = \rho$. A curva de Lorenz seria então igual a reta 0B, chamada de linha da perfeita igualdade. Mas, se toda a área fosse ocupada por apenas um estabelecimento, a curva corresponderia a 0CB, denominada linha de perfeita desigualdade.

A área de desigualdade (α) é a área compreendida entre a linha de perfeita igualdade e a Curva de Lorenz. Sabemos também que a área total do quadrado é 1, portanto o triângulo 0BC tem área igual a 0,5, que é o maior valor que α pode assumir.

O Índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e o máximo valor de desigualdade:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2 \times \alpha \quad , \text{ o que faz } 0 \leq G \leq 1.$$

De acordo com Hoffmann (1998b, p.276), o índice de desigualdade entre estratos é calculado da seguinte maneira:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\phi_{h-1} + \phi_h) \pi_h$$

Onde:

G_e : Índice de Gini da desigualdade entre os estratos

ϕ_h : proporção acumulada da área ocupada no estrato h

π_h : proporção do número de estabelecimentos situados no estrato h

Torna-se necessário então a obtenção do número de estabelecimentos rurais e da área ocupada por cada estrato, considerando-se os 14 estratos de área disponíveis no Censo Agropecuário.

3. Resultados

Com o objetivo de um melhor entendimento das modificações históricas que deram origem a atual situação agrícola do Rio Grande do Sul, analisamos a estrutura fundiária numa forma comparativa entre Mesorregiões homogêneas do Rio Grande do Sul, a partir de 1940 até o ano de 1995/96.

Estrutura fundiária diz respeito a forma e disposição da ocupação das terras de um local específico, de acordo com a sua ocupação e distribuição. Além da influência de fatores histórico-culturais, a estrutura fundiária é também influenciada por fatores econômicos.

No Rio Grande do Sul, a ocupação das terras foi influenciada por momentos políticos. Em relação à estrutura fundiária, são observadas importantes diferenças entre as Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul, o que pode ser visto na Tabela 1. Pode-se observar que a área média dos estabelecimentos agrícolas diminuiu em todas as

Tabela 1 - Área média dos estabelecimentos agrícolas por Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul, em ha – 1940 a 1995/96

Mesorregião Homogênea	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Centro Ocidental Rio-Grandense	158,29	176,23	106,15	78,86	72,83	81,88	73,43	81,12
Centro Oriental Rio-Grandense	41,77	36,44	26,76	24,58	23,89	24,49	23,62	23,80
Metropolitana de Porto Alegre	43,35	41,11	30,39	33,91	30,61	36,20	34,28	36,83
Nordeste Rio-Grandense	78,57	61,80	61,22	54,16	47,29	53,80	51,06	50,89
Noroeste Rio-Grandense	56,88	42,58	31,49	28,49	25,93	27,73	26,51	29,01
Sudeste Rio-Grandense	118,48	115,14	86,28	71,62	70,75	76,83	74,01	77,19
Sudoeste Rio-Grandense	367,90	454,45	343,32	264,08	272,36	271,01	257,92	258,04
Total do Estado	88,17	75,81	56,63	50,18	46,47	50,62	47,92	50,70

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1940 - 1995/96

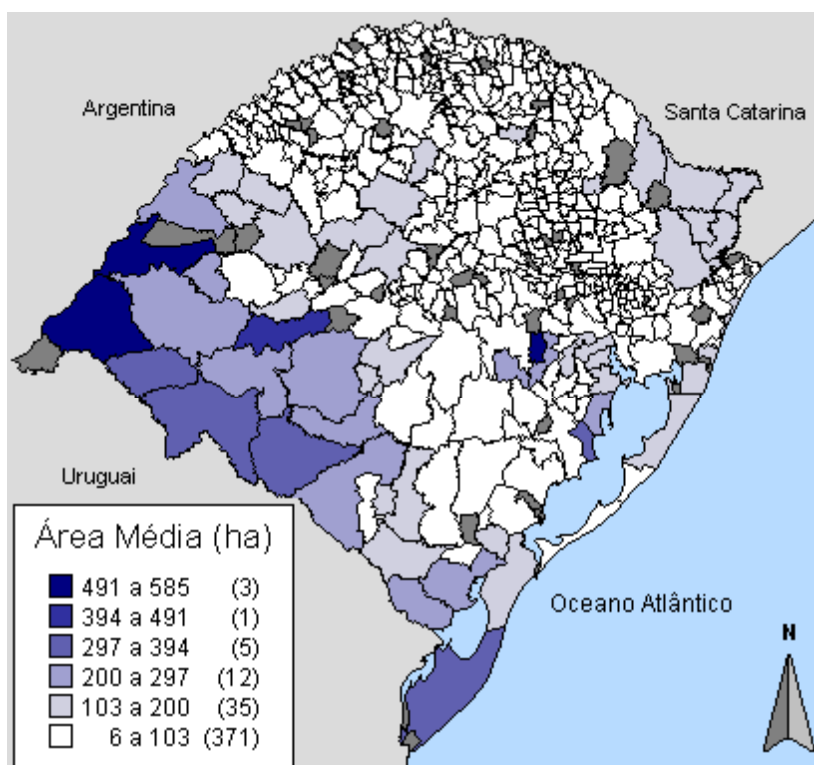
Os valores apresentados foram compilados pela autora.

mesorregiões em comparação aos anos anteriores. Observamos também que na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense localizam-se os estabelecimentos com maior área média, em todo o período analisado (1940 a 1995/96). Já na mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense, ocorrem os estabelecimentos com menor área média.

A Figura 3 apresenta os municípios gaúchos segundo a área média dos estabelecimentos rurais. A área sul do Estado é caracterizada por municípios com estabelecimentos de maior área média, onde há predomínio de atividades como a pecuária extensiva e o cultivo de arroz.

Em contraposição, a área norte do Estado é caracterizada por municípios com estabelecimentos de menor área média, com prática predominante de atividade agrícola.

Figura 3 - Área média dos estabelecimentos agrícolas do Rio Grande do Sul em 1995/96 (ha)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores entre parênteses correspondem ao número de municípios em cada classe.

Os municípios em cinza correspondem a novos municípios criados entre 1996 e 1997.

Elaborado pela autora.

A partir dos percentuais apresentados na Tabela 2, considerando o Estado como um todo, observamos que 92,1% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 100 ha, ocupando 32,9% da área total. Nas mesorregiões é possível identificarmos alguma diferença em relação a distribuição fundiária. A região Noroeste apresenta uma

distribuição abaixo da média do Estado, caracterizando assim uma menor concentração. Cerca de 96,0% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 100 ha, ocupando 56,4% da área total. Da mesma forma, a região Centro Oriental e Metropolitana apresentam comportamentos semelhantes, apresentando 97,2% e 94,7% respectivamente dos estabelecimentos rurais com área inferior a 100 ha.

Na região Nordeste a concentração fundiária assemelha-se à média do Estado, onde cerca de 90,6% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 100ha, ocupando 37,5% da área total. Acima da média do Estado aparecem as mesorregiões Centro Ocidental e Sudeste, onde 84,8% e 86,7% dos estabelecimentos rurais apresentam áreas inferiores a 100 ha, respectivamente.

Por fim, destaca-se por apresentar maior concentração fundiária a mesorregião homogênea Sudoeste Rio-Grandense, indicando a ocorrência de estabelecimentos significativamente mais extensos. Nesta região cerca de 61,0% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 100 ha, ocupando 6,5% da área total.

Tabela 2 - Distribuição de freqüência dos grupos de área por Mesorregiões Homogêneas e pelo total do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96

Mesorregião/Categorias (ha)	% de Estabelecimentos	% de Área	% de Estabelecimentos Acumulado	% de Área Acumulado
Total do Estado				
Menos de 1	1,8	0,0	1,8	0,0
1 a menos de 2	2,9	0,1	4,8	0,1
2 a menos de 5	11,7	0,7	16,5	0,8
5 a menos de 10	18,6	2,6	35,1	3,4
10 a menos de 20	27,5	7,5	62,6	10,9
20 a menos de 50	23,1	13,4	85,7	24,4
50 a menos de 100	6,4	8,5	92,1	32,9
100 a menos de 200	3,3	9,1	95,5	42,0
200 a menos de 500	2,7	16,4	98,2	58,3
500 a menos de 1 000	1,1	15,0	99,3	73,3
1 000 a menos de 2 000	0,5	14,0	99,8	87,3
2 000 a menos de 5 000	0,2	9,7	100,0	97,1
5 000 a menos de 10 000	0,0	2,0	100,0	99,1
10 000 e mais	0,0	0,9	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Noroeste Rio-Grandense...				
Menos de 1	1,6	0,0	1,6	0,0
1 a menos de 2	2,7	0,1	4,3	0,1
2 a menos de 5	11,6	1,3	15,9	1,4
5 a menos de 10	20,6	5,0	36,5	6,4
10 a menos de 20	31,3	14,9	67,8	21,3
20 a menos de 50	22,9	23,1	90,7	44,4
50 a menos de 100	5,3	12,0	96,0	56,4
100 a menos de 200	2,1	9,7	98,0	66,1
200 a menos de 500	1,4	14,2	99,4	80,2

Continua ...

Continuação...				
Mesorregião/Categorias (ha)	% de Estabelecimentos	% de Área	% de Estabelecimentos Acumulado	% de Área Acumulado
500 a menos de 1 000	0,4	9,7	99,8	89,9
1 000 a menos de 2 000	0,1	6,6	100,0	96,5
2 000 a menos de 5 000	0,0	2,9	100,0	99,4
5 000 a menos de 10 000	0,0	0,3	100,0	99,7
10 000 e mais	0,0	0,3	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Nordeste Rio-Grandense				
Menos de 1	1,2	0,0	1,2	0,0
1 a menos de 2	2,0	0,1	3,2	0,1
2 a menos de 5	9,0	0,6	12,3	0,6
5 a menos de 10	14,9	2,1	27,1	2,7
10 a menos de 20	27,2	7,5	54,3	10,2
20 a menos de 50	28,4	16,8	82,7	27,0
50 a menos de 100	7,9	10,5	90,6	37,5
100 a menos de 200	4,3	11,5	95,0	49,0
200 a menos de 500	3,5	20,6	98,5	69,6
500 a menos de 1 000	1,1	14,1	99,5	83,7
1 000 a menos de 2 000	0,4	9,5	99,9	93,2
2 000 a menos de 5 000	0,1	4,8	100,0	98,0
5 000 a menos de 10 000	0,0	1,4	100,0	99,3
10 000 e mais	0,0	0,7	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Centro Ocidental Rio-Grandense				
Menos de 1	1,1	0,0	1,1	0,0
1 a menos de 2	2,2	0,0	3,2	0,0
2 a menos de 5	8,4	0,3	11,6	0,4
5 a menos de 10	13,4	1,1	25,0	1,5
10 a menos de 20	20,2	3,5	45,2	5,0
20 a menos de 50	27,8	10,6	73,0	15,6
50 a menos de 100	11,8	9,9	84,8	25,5
100 a menos de 200	6,7	11,4	91,4	36,9
200 a menos de 500	5,1	19,3	96,6	56,1
500 a menos de 1 000	2,3	19,8	98,9	76,0
1 000 a menos de 2 000	0,8	12,9	99,7	88,8
2 000 a menos de 5 000	0,3	10,3	100,0	99,1
5 000 a menos de 10 000	0,0	0,9	100,0	100,0
10 000 e mais	0,0	0,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Centro Oriental Rio-Grandense				
Menos de 1	2,4	0,0	2,4	0,0
1 a menos de 2	3,6	0,2	6,1	0,2
2 a menos de 5	16,7	2,3	22,8	2,5
5 a menos de 10	23,7	7,0	46,5	9,5
10 a menos de 20	29,6	17,1	76,1	26,6
20 a menos de 50	18,1	21,6	94,2	48,3
50 a menos de 100	3,0	8,3	97,2	56,6
100 a menos de 200	1,3	7,5	98,5	64,1
200 a menos de 500	1,0	12,4	99,4	76,5
500 a menos de 1 000	0,4	10,2	99,8	86,7
1 000 a menos de 2 000	0,2	9,2	100,0	96,0
2 000 a menos de 5 000	0,0	4,0	100,0	100,0
5 000 a menos de 10 000	0,0	0,0	100,0	100,0
10 000 e mais	0,0	0,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
			Continua ...	

Continuação...				
Mesorregião/Categorias (ha)	% de Estabelecimentos	% de Área	% de Estabelecimentos Acumulado	% de Área Acumulado
Metropolitana de Porto Alegre				
Menos de 1	2,4	0,0	2,4	0,0
1 a menos de 2	4,6	0,2	7,0	0,2
2 a menos de 5	15,5	1,3	22,5	1,5
5 a menos de 10	20,6	3,9	43,1	5,4
10 a menos de 20	26,0	9,7	69,1	15,1
20 a menos de 50	20,5	16,1	89,5	31,2
50 a menos de 100	5,2	9,4	94,7	40,6
100 a menos de 200	2,4	9,0	97,1	49,6
200 a menos de 500	1,8	14,8	98,9	64,4
500 a menos de 1 000	0,6	11,3	99,6	75,7
1 000 a menos de 2 000	0,3	11,4	99,9	87,1
2 000 a menos de 5 000	0,1	9,0	100,0	96,1
5 000 a menos de 10 000	0,0	2,8	100,0	98,9
10 000 e mais	0,0	1,1	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Sudoeste Rio-Grandense				
Menos de 1	2,8	0,0	2,8	0,0
1 a menos de 2	2,3	0,0	5,1	0,0
2 a menos de 5	6,0	0,1	11,1	0,1
5 a menos de 10	7,6	0,2	18,7	0,3
10 a menos de 20	11,5	0,6	30,2	0,9
20 a menos de 50	18,3	2,2	48,5	3,1
50 a menos de 100	12,5	3,4	61,0	6,5
100 a menos de 200	11,5	6,3	72,5	12,8
200 a menos de 500	13,1	16,1	85,6	28,9
500 a menos de 1 000	7,7	20,6	93,3	49,5
1 000 a menos de 2 000	4,7	25,0	98,0	74,5
2 000 a menos de 5 000	1,8	19,9	99,8	94,4
5 000 a menos de 10 000	0,2	4,7	100,0	99,1
10 000 e mais	0,0	0,9	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-
Sudeste Rio-Grandense				
Menos de 1	1,9	0,0	1,9	0,0
1 a menos de 2	2,7	0,0	4,6	0,1
2 a menos de 5	8,7	0,4	13,3	0,4
5 a menos de 10	12,9	1,2	26,2	1,6
10 a menos de 20	22,7	4,1	48,9	5,7
20 a menos de 50	28,0	10,9	76,9	16,6
50 a menos de 100	9,8	8,7	86,7	25,3
100 a menos de 200	5,7	10,2	92,4	35,5
200 a menos de 500	4,7	18,6	97,1	54,1
500 a menos de 1 000	1,8	15,9	98,8	70,0
1 000 a menos de 2 000	0,8	15,0	99,7	84,9
2 000 a menos de 5 000	0,3	9,8	100,0	94,8
5 000 a menos de 10 000	0,0	1,9	100,0	96,6
10 000 e mais	0,0	3,4	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	-	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os valores apresentados foram compilados pela autora.

O valor grifado corresponde ao maior percentual em cada região.

O Índice de Gini é apresentado como uma medida de desigualdade fundiária. A Tabela 3 contém o índice de concentração de Gini por Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96.

Tabela 3 - Índice de concentração de Gini por Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul no ano de 1995/96

Mesorregião Homogênea	1995/96
Sudeste Rio-Grandense	0,76
Sudoeste Rio-Grandense	0,75
Centro Ocidental Rio-Grandense	0,74
Metropolitana de Porto Alegre	0,74
Nordeste Rio-Grandense	0,70
Centro Oriental Rio-Grandense	0,65
Noroeste Rio-Grandense	0,64
Total do Estado	0,75

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/96.

Os valores apresentados foram compilados pela autora.

Segundo Hoffmann (1971, p.73), a escala, que varia de 0 a 1, pode ser dividida nos seguintes graus de concentração: até 0,100 concentração nula; de 0,101 a 0,250 concentração fraca; de 0,251 a 0,500 concentração média; 0,501 a 0,700 concentração forte; de 0,701 a 0,900 concentração muito forte e de 0,901 a 1,000 concentração tendendo a absoluta. Quanto mais próximo de 1 for o índice, maior o grau de concentração.

Podemos então observar que as regiões com maior concentração de área são exatamente as que possuem estabelecimentos com maior área média, ou seja as mesorregiões Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense. Da mesma forma, as regiões com menor concentração fundiária são as mesorregiões que apresentam estabelecimentos com menor área média.

Conforme a escala apresentada anteriormente, o Estado apresenta uma concentração fundiária muito forte. As mesorregiões entretanto variam de forte (Nordeste Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense e Noroeste Rio-Grandense) a muito forte (Metropolitana de Porto Alegre, Centro Ocidental Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense).

Tabela 4 - Índice de concentração de Gini – Total do Estado do Rio Grande do Sul – 1950-1995/96

Ano	Índice
1950	0,750124
1960	0,745747
1970	0,746412
1975	0,745534
1980	0,753217
1985	0,754636
1995/96	0,754824

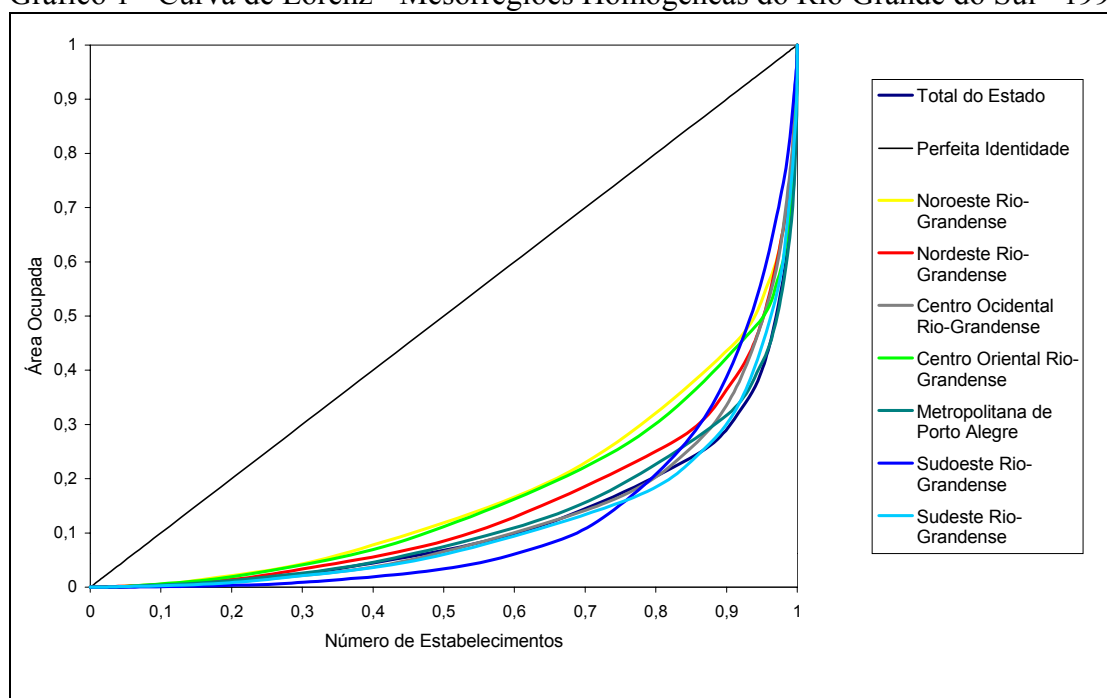
Fonte: Os índices foram extraídos de Waquil (1992); exceto 1995/96.

IBGE – Censos Agropecuários, 1950-1995/96.

No período de 1950 a 1995/96 o índice de concentração de Gini do Estado não apresentou muita variabilidade, o que pode ser visto na tabela abaixo, apresentando após 1975 um leve aumento.

A Curva de Lorenz, apresentada no Gráfico 3, auxilia na visualização das diferenças entre as mesorregiões e na compreensão do Índice de Gini (que é igual a duas vezes a área entre a Curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade). Comprova-se que as mesorregiões Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense possuem curvas mais distantes da linha de perfeita igualdade (portanto maior concentração fundiária), enquanto que as mesorregiões Centro Oriental Rio-Grandense e Noroeste Rio-Grandense possuem curvas mais próximas da linha de perfeita igualdade (menor concentração).

Gráfico 1 - Curva de Lorenz - Mesorregiões Homogêneas do Rio Grande do Sul - 1995/96



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/96.

4. Considerações Finais

O presente estudo foi realizado com os objetivos de verificar as principais transformações na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul desde a sua ocupação até os dias atuais e de verificar se a concentração fundiária diminuiu ou aumentou no período.

Inicialmente descrevemos alguns fatos do processo de ocupação do território até a atual estrutura fundiária, relacionando com a estrutura produtiva agrícola no Rio Grande do

Sul. Também foi feita uma caracterização da evolução do uso do fator Terra a partir da estrutura fundiária ao longo das últimas décadas.

Percebe-se que a atual estrutura fundiária do Rio Grande do Sul deve-se em grande parte à forma de ocupação do Estado, onde as concessões de sesmarias caracterizou a maior concentração fundiária às mesorregiões Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense. Em contraponto as mesorregiões Centro Oriental Rio-Grandense e Noroeste Rio-Grandense apresentam menor concentração.

Na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense localizam-se os estabelecimentos com maior área média, em todo o período analisado (1940 a 1995/96), onde cerca de 61,0% dos estabelecimentos rurais tem área inferior a 100 ha, ocupando 6,5% da área total. Já na mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense, ocorrem os estabelecimentos com menor área média e menor concentração fundiária.

Os resultados possibilitaram observar que o Rio Grande do Sul embora apresente uma redução na área média dos estabelecimentos agrícolas em todas as mesorregiões, apresenta uma concentração fundiária muito forte que mantém-se praticamente inalterada desde a década de 50.

5. Referências Bibliográficas

- FEE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL - 1998. Porto Alegre: FEE, 1998, v. 30. (CD-ROM)
- FRANTZ, Telmo Rudi. **Evolução da Agropecuária no Planalto Gaúcho – Ensaio de Interpretação Histórica.** Ijuí: FIDENE – Coordenadoria de Pesquisa e Documentação, 1979. 54p.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Agrícola do Estado de Rio Grande do Sul - 1940.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1950.
- _____. **Censo Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul - 1950.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1956.
- _____. **Censo Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul - 1960.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1970.** Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1974.

- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1975**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1980**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul - 1985**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1987.
- _____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul – 1995/96**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1998.
- _____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Rio Grande do Sul – 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2001.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e Posse da Terra no Brasil**. Piracicaba, Tese de Livre Docência, ESALQ/USP, 1971.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza**. São Paulo: Ed. da USP, 1998. p.33-69.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. São Paulo: Pioneira, 1998b. 430p.
- JANSEN, Suzel Lisiane. **Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: Uma comparação com indicadores sócio-econômicos**. Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2002. (Dissertação de mestrado)
- MÜLLER, Carlos Alves. **A História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998. 288p. :il.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994, 5ª ed.
- SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Sócio-Econômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1996. 63p.: il.
- SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 94p. (Coleção Síntese Rio-Grandense)
- WAQUIL, Paulo Dabdab. **A Modernização da Agricultura e as Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, 1992. (Dissertação de mestrado).